

En

Energia

**Pacto da Indústria
Limpa
Plano de ação para
Preços da Energia
Acessíveis**

Contacte a
nossa equipa:

energia@deco.pt

DECO

Associação Portuguesa para a
Defesa do Consumidor

Clean Industrial Deal and Action Plan for Affordable Energy

Voz dos Consumidores

O Pacto da Indústria Limpa e o Plano de Ação para Preços da Energia Acessíveis são iniciativas que visam reforçar a competitividade industrial europeia e garantir preços acessíveis da energia para consumidores e empresas. Estes Planos representam um avanço importante para garantir um sistema energético mais acessível, eficiente e sustentável. No entanto, é essencial assegurar que as medidas propostas beneficiam efetivamente os consumidores, especialmente os mais vulneráveis, e que a transição energética ocorre de forma justa e equilibrada.

A visão da DECO centra-se na definição de políticas públicas que promovam uma redução efetiva dos custos da energia, uma maior transparência na fatura de eletricidade e incentivos que incentivem a eletrificação e a adoção de modelos de economia circular. A transição energética deve ser equitativa, garantindo que os encargos não recaem desproporcionalmente sobre os consumidores.

Nesta perspetiva, o Pacto da Indústria Limpa apresenta várias iniciativas que incentivam práticas de consumo mais sustentáveis e reduzem os custos dos produtos mais ecológicos. Destacam-se medidas de *Ecodesign* e Fiscalidade Verde que visam promover produtos mais duráveis, acessíveis e eficientes. Paralelamente, as reformas fiscais propostas poderão aliviar a carga tributária sobre a eletricidade e bens mais sustentáveis, tornando as alternativas ecológicas mais atrativas para os consumidores.

Por sua vez, o Plano de Ação para Preços da Energia Acessíveis sublinha a necessidade de reformas estruturais destinadas a baixar os custos da eletricidade, impulsionar investimentos na rede elétrica e incentivar a utilização de fontes de energia renováveis. São particularmente relevantes a revisão da Diretiva de Tributação da Energia e a proposta de transferência de determinadas tarifas energéticas para o orçamento geral dos Estados-Membros, reduzindo assim o impacto direto sobre os consumidores.

A DECO considera que algumas medidas propostas em ambos os Planos revelam avanços importantes para a proteção dos consumidores no setor energético e na promoção da sustentabilidade. A seguir, destacamos as medidas que consideramos mais positivas.

Redução de impostos e taxas na eletricidade: O Plano de Ação para Preços da Energia Acessíveis propõe a redução dos impostos sobre a eletricidade como uma medida prioritária para

aliviar os encargos dos consumidores. A DECO congratula-se com esta iniciativa, pois há muito que defende a aplicação de uma taxa reduzida de IVA na energia. Em Portugal, o Governo já aprovou a redução do IVA na energia, mas com limitações. Desde janeiro de 2025, passou a aplicar-se a taxa mínima de IVA (6%) para os consumidores cuja potência contratada não exceda 6,9 kVa, apenas nos primeiros 200 kWh consumidos e 300 kWh no caso de famílias numerosas. A medida agora proposta apresenta-se como uma resposta aos interesses dos consumidores, pelo que a DECO continuará a pugnar pela aplicação da taxa mínima de IVA em todas as componentes da fatura de energia e sem limitações de consumo, o que representará um alívio significativo para os consumidores portugueses, tornando a eletricidade mais acessível e impulsionando a transição energética para fontes mais limpas.

Maior transparência na fatura de energia: A fatura de eletricidade em Portugal continua a ser excessivamente complexa, dificultando a compreensão dos consumidores. A proposta de eliminar taxas e encargos não relacionados com o consumo efetivo de energia é um passo positivo para reforçar a transparência e permitir que os consumidores tenham uma noção mais clara dos custos que suportam.

Incentivo à eficiência energética e à flexibilidade: O incentivo à adoção de medidas de eficiência energética e à flexibilidade no consumo elétrico constitui uma estratégia essencial para a redução dos custos da eletricidade. O apoio a modelos de consumo mais flexíveis permitirá que os consumidores possam ajustar os seus hábitos de consumo de energia, beneficiando de tarifas mais vantajosas e promovendo uma maior estabilidade da rede elétrica.

Apoio ao investimento na indústria inovadora: O Fundo de Competitividade proporcionará um suporte significativo à indústria inovadora para *investimentos sustentáveis*, incluindo o acesso simplificado aos financiamentos da UE. Esta iniciativa deve alinhar os critérios de financiamento do Fundo de Inovação e dos financiamentos nacionais, acelerando a aprovação de auxílios estatais para os projetos elegíveis.

Banco de Descarbonização Industrial: A proposta de criação de um banco específico para descarbonização, com um orçamento previsto de 100 milhões de euros, poderá reforçar o financiamento de projetos sustentáveis. No entanto, é essencial garantir regras de transparência e acessibilidade para que os fundos sejam bem utilizados.

Leilões para descarbonização industrial: A previsão de um leilão de 1 bilhão de euros em 2025 para a descarbonização industrial e eletrificação é uma medida bem-vinda. A DECO defende que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e direcionada para setores-chave, maximizando o impacto positivo da transição energética.

Apesar dos progressos alcançados, algumas medidas propostas ainda carecem de maior ambição para garantir um impacto significativo na vida dos consumidores. A adoção de políticas mais robustas poderia fortalecer a transição energética e assegurar benefícios mais diretos para os cidadãos. Destacamos abaixo as áreas que necessitam de reforço:

Economia circular: A economia circular deve ocupar um papel central na estratégia europeia de transição energética, garantindo que os consumidores tenham acesso a produtos mais duráveis, reparáveis e recicláveis. O Pacto da Indústria Limpa prevê a introdução de requisitos de *Ecodesign* para produtos sustentáveis, assegurando que os bens vendidos na UE sejam concebidos para terem uma vida útil mais longa e um menor impacto ambiental. Contudo, é necessário clarificar como estas medidas serão implementadas e garantir que os consumidores possam aceder a produtos sustentáveis a preços competitivos. Além disso, a criação de um rótulo voluntário para indicar a pegada de carbono dos produtos industriais poderá ser um instrumento útil para promover escolhas de consumo mais informadas. A Circular Economy Act, prevista para 2026, deverá também facilitar o acesso a materiais reciclados, tornando os produtos reutilizados mais acessíveis e economicamente vantajosos para os consumidores.

Fiscalidade Verde: A Iniciativa *IVA Verde* propõe a revisão do IVA aplicado a bens em segunda mão, promovendo um consumo mais sustentável, contudo, entendemos que esta medida deve abranger também a prestações de serviços de reparação de equipamentos eletrónicos, têxteis, entre outros, garantindo preços mais acessíveis para os consumidores. Adicionalmente, poderiam ser equacionados mecanismos de financiamento que encorajem o recurso à reparação dos bens e reduzam o custo para consumidores e operadores económicos, à semelhança daqueles que têm sido postos em prática em países europeus, como o bónus de reparação austríaco *Reparaturbonus* (reembolsando até 200 euros por aparelho reparado), que constituem importantes sinais ao mercado. Uma nota ainda positiva para a introdução de um programa de leasing social para veículos elétricos, bombas de calor e outros produtos de eficiência energética poderá permitir que um maior número de consumidores tenha acesso a estas tecnologias, reduzindo os custos iniciais associados.

Existem ainda medidas que levantam preocupações, seja pelo seu potencial impacto negativo sobre os consumidores, seja pela possibilidade de distorções no mercado energético. A implementação de tais políticas deve ser cuidadosamente monitorizada para evitar consequências indesejadas:

Investimentos estruturais e justiça na distribuição dos custos: Num contexto de transição energética, a DECO entende que os investimentos nas redes elétricas são necessários, mas considera que investimentos desta magnitude devem ser sempre sujeitos a uma análise criteriosa, especialmente no que diz respeito à sua racionalidade, necessidade e ao impacto que

terão nas tarifas pagas por todos os consumidores. Mais, a DECO considera que a aprovação de projetos de investimento em redes elétricas deve ser alicerçada em aumentos de consumo, de forma a viabilizar a sua implementação e minimizar o impacto nos custos da rede pagos pelos consumidores. Neste sentido, a nossa preocupação é o elevado grau de incerteza associado à evolução do consumo que resulta do cumprimento dos instrumentos de política energética, nomeadamente do Plano Nacional de Energia e Clima revisto – PNEC 2030. Noutro aspeto, revisão da Diretiva de Tributação da Energia prevê a possibilidade de redução de impostos sobre a eletricidade, o que poderá representar uma medida relevante para aliviar os encargos financeiros das famílias. No entanto, a transferência de determinadas tarifas energéticas para o orçamento geral dos Estados-Membros deverá ser acompanhada de garantias de que os benefícios serão efetivamente refletidos nas faturas dos consumidores.

Redução da ambição na regulação financeira sustentável: A DECO manifesta preocupação relativamente ao recuo na regulamentação dos investimentos sustentáveis, que pode comprometer a confiança dos consumidores e dificultar a transição para uma economia mais verde. É essencial garantir que os produtos financeiros sustentáveis continuam a ser uma opção viável e acessível para os consumidores interessados em investir de forma responsável.

Impacto das fusões industriais no mercado energético: A flexibilização das regras sobre fusões empresariais pode trazer oportunidades de crescimento para a indústria europeia, mas também apresenta riscos para a concorrência. A DECO defende que qualquer fusão no setor energético deve ser sujeita a uma monitorização rigorosa, garantindo que não resulte na criação de oligopólios que limitem a concorrência e levem a aumentos de preços para os consumidores.

Transparência em Parcerias Público-Privadas: O modelo de financiamento da transição energética deve evitar parcerias que imponham encargos excessivos ao setor público em casos de resultados abaixo do esperado. Além disso, é essencial garantir que esses acordos não resultem em rendas excessivas para investidores privados.

Gestão de riscos no InvestEU: A proposta de aumentar a capacidade de risco do InvestEU levanta preocupações. Qualquer incorporação de perdas potenciais deve ser acompanhada de mecanismos rigorosos de responsabilização e transparência para evitar prejuízos indevidos.

Concorrência e acessibilidade aos produtos sustentáveis: A flexibilização das diretrizes sobre auxílio estatal e a revisão das diretrizes sobre fusões e concorrência devem garantir que a redução do número de concorrentes não impacte negativamente os preços e a acessibilidade dos produtos sustentáveis junto dos consumidores.

Tendo em conta a análise das medidas apresentadas, a DECO propõe um conjunto de recomendações destinadas a reforçar a proteção dos consumidores, garantir maior equidade na transição energética e assegurar um impacto positivo duradouro para as famílias portuguesas:

Proteção reforçada para consumidores vulneráveis: A transição energética deve garantir que os consumidores mais vulneráveis não fiquem para trás. É essencial que sejam criados mecanismos de apoio específicos para famílias com baixos rendimentos, incluindo tarifas sociais de eletricidade mais abrangentes, subsídios diretos para melhoria da eficiência energética nas habitações e acesso facilitado a equipamentos eficientes. Além disso, devem ser reforçados os programas de combate à pobreza energética, assegurando que ninguém fica sem acesso a serviços energéticos básicos. A DECO considera que a existência de apoios e formação direcionados aos consumidores é essencial para os ajudar na transição energética. Em Portugal, têm sido implementados programas de apoio, como o Programa de Apoio a Construções Mais Sustentáveis e o Programa Vale Eficiência, que financiam medidas para melhorar o desempenho energético dos edifícios e mitigar a pobreza energética. No entanto, os consumidores continuam a enfrentar inúmeros obstáculos no acesso a estes apoios, com elevados índices de recusas de pedidos. Relativamente ao autoconsumo e às comunidades energéticas, a DECO defende que os consumidores economicamente vulneráveis devem ter acesso facilitado a estas soluções. Embora tenha sido aprovado um regime específico para consumidores vulneráveis em 2022, este não lhes garante participação nos mercados de autoconsumo. É fundamental criar mecanismos que incentivem a adesão ao autoconsumo por parte desta população, garantindo-lhes um acesso equitativo aos benefícios da transição energética. A instalação de painéis solares continua a apresentar desafios para os consumidores, como dificuldades na manutenção e falta de informação sobre contratos de fornecimento para autoconsumo. A DECO propõe a criação de uma plataforma acessível e simples onde os consumidores possam consultar instaladores devidamente credenciados, prevenindo práticas comerciais desleais. Além disso, é crucial que o regime do autoconsumo inclua medidas de proteção reforçada, assegurando a transparência contratual e a igualdade de acesso a esta atividade.

Incentivos fiscais para eletrificação e energias renováveis: A fiscalidade deve desempenhar um papel ativo na promoção da eletrificação e do consumo sustentável. A DECO defende a aplicação de taxas reduzidas ou isenção de IVA para equipamentos de energia renovável, como painéis solares e bombas de calor, bem como incentivos para a substituição de eletrodomésticos antigos por modelos mais eficientes. Além disso, é fundamental garantir que os encargos sobre eletricidade não sejam superiores aos dos combustíveis fósseis, incentivando assim a transição energética.

Investimentos estruturais para garantir benefícios aos consumidores: Os investimentos na modernização da infraestrutura energética são essenciais para assegurar um fornecimento

estável e eficiente de energia. No entanto, é crucial que estes investimentos não resultem num aumento desproporcional dos custos suportados pelos consumidores. A DECO propõe que os fundos europeus e nacionais sejam canalizados para a expansão das redes elétricas, o reforço da capacidade de armazenamento e a digitalização dos sistemas energéticos, garantindo que os benefícios desses investimentos sejam refletidos nas faturas dos consumidores finais.

Monitorização e avaliação contínua: Para garantir a eficácia das medidas implementadas, é fundamental estabelecer mecanismos de monitorização e avaliação contínua. A DECO recomenda a criação de observatórios independentes que acompanhem a evolução dos preços da energia, o impacto das reformas na fatura dos consumidores e a qualidade do serviço prestado. A transparência e a divulgação de relatórios periódicos permitirão corrigir eventuais distorções e ajustar as políticas em função das necessidades reais dos consumidores.

A análise do Pacto da Indústria Limpa e do Plano de Ação para Preços da Energia Acessíveis revela um compromisso da União Europeia com a acessibilidade da energia e a promoção da sustentabilidade. Medidas como a redução da carga fiscal sobre a eletricidade e o incentivo à eficiência energética representam avanços significativos para os consumidores portugueses.

No entanto, a transição energética exige um equilíbrio cuidadoso entre inovação e justiça social. Algumas iniciativas necessitam de maior ambição para garantir que os benefícios da descarbonização e eletrificação sejam efetivamente acessíveis a todos os consumidores. Além disso, é crucial assegurar que os custos dos investimentos em infraestruturas não sejam transferidos de forma desproporcional para os consumidores.

A DECO continuará a acompanhar a implementação destas medidas, defendendo os direitos dos consumidores e assegurando que as políticas energéticas europeias promovam uma transição justa, sustentável e economicamente equilibrada.

DECO

SEMPRE CONSIGO

deco.pt



CONTACTE-NOS:

DECO LISBOA (SEDE)

R. de Artilharia Um, n.º 79, 4.º
1269-160 Lisboa
Tel.: 21 371 02 00
deco@deco.pt

DECO DELEGAÇÕES

DECO MINHO

Av. Batalhão Caçadores 9,
n.º 279 4900-341 Viana do Castelo
Tel.: 258 821 083
deco.minho@deco.pt

DECO NORTE

R. da Torrinha, n.º 228 H, 5.º
4050-610 Porto
Tel.: 223 391 960
deco.norte@deco.pt

DECO CENTRO

R. Padre Estevão Cabral,
n.º 79, 5.º, Sala 504
3000-317 Coimbra
Tel.: 239 841 004
deco.centro@deco.pt

DECO RIBATEJO E OESTE

R. Eng. António José Souto
Barreiros Mota, n.º 6 L
Tel.: 243 329 950
deco.ribejoeoeste@deco.pt

DECO ALENTEJO

Travessa Lopo Serrão,
n.º 15A e 15B, r/c
7000-629 Évora
Tel.: 266 744 564
deco.alentejo@deco.pt

DECO ALGARVE

R. Dr. Coelho de Carvalho, n.º 1 C
8000-322 Faro
Tel.: 289 863 103
deco.algarve@deco.pt

DECO MADEIRA

Loja do Município do Caniço
Rua Doutor Francisco Peres
9125-014 Caniço
Tel.: 968 800 489
deco.madeira@deco.pt

fale connosco ↻



WhatsApp 966 449 110